

TEORIAS DA LIBERTAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

João Paulo Araújo Pimentel Lima¹

Resumo: Denominamos *Teorias da Libertação* o conjunto multidisciplinar de reflexões, próprias da América Latina, que possuem como núcleo a categoria da *libertação*. Esse estudo objetiva expor os antecedentes, teóricos e práticos, que pavimentaram o terreno para o surgimento dessa corrente teórica e sua construção na segunda metade do século XX. Dentre as múltiplas construções teóricas surgidas nesse escopo, nossa abordagem dará ênfase à Filosofia da Libertação.

Palavras-Chave: Libertação; América Latina; Teoria.

LATIN AMERICAN LIBERATION THEORIES

Abstract: We call Liberation Theories the multidisciplinary group of reflections, originating in Latin America, that focus on the category of liberation. This study aims to present the theoretical and practical antecedents that enabled the emergence of this theoretical current and its construction in the second half of the 20th century. Among the multiple theoretical constructions that arose within this scope, our approach will emphasize the Philosophy of Liberation.

Keywords: Liberation; Latin America; Theory.

Introdução

Chamamos *teorias da libertação* as diferentes linhas teóricas surgidas na década de 1970 na América Latina que carregam como horizonte o tema da *libertação*. Compartilhando abordagens análogas, as várias ciências que se dedicaram a esse quadro teórico (pedagogia, teologia, filosofia, sociologia, psicologia, entre outras) formularam, a partir de elementos teóricos, epistemológicos ou metodológicos comuns, um novo paradigma teórico-prático, o *paradigma da libertação* (MANCE, p. 21, 2022).

A gênese dessa nova forma multidisciplinar de produzir conhecimento, compreender e interpretar a realidade não acontece por acaso. Seu caminho de formação é, antes, pavimentado em nosso continente por outras correntes teóricas, além de processos históricos marcantes que abriram possibilidades e renovaram esperanças. Veremos nessas primeiras páginas como o terreno é preparado para o nascimento dessas teorias cuja categoria da *libertação* ocupa lugar central, em especial a filosofia da libertação; analisaremos a marxismo latino-americano, os movimentos de emancipação no nosso continente, a teoria da dependência e, por fim, a constituição do paradigma da *libertação*.

¹ Doutor em Educação (UFC), professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e da Secretaria de Educação de Fortaleza. joao_pimentel@uvanet.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-5192-9786>.

Marxismo na América Latina

O esforço teórico e prático de Karl Marx, auxiliado por seu parceiro Friedrich Engels, constituiu um marco para a história humana ao promover a interpretação e crítica ao modo de produção capitalista e seus efeitos negativos para a dignidade de homens e mulheres. As obras de Marx e Engels além de influenciarem toda uma geração de intelectuais, representam um ponto incontornável para qualquer autor que pretenda pensar a realidade de forma minimamente crítica. Além disso, a tradição marxista, levando a cabo a sentença exposta na tese 11 das *Teses sobre Feuerbach*², impulsionou no decorrer da história – notadamente no século XX – movimentos de transformação social e política em vista da superação da desumanização provocada pelo capitalismo. Nesta primeira seção, abordaremos a tradição marxista na América Latina e, posteriormente, sua encarnação prática nos movimentos de emancipação no nosso continente.

Segundo Michael Lowy, o marxismo foi introduzido na América Latina a partir de imigrantes espanhóis, italianos e alemães, ainda no final do século XIX; daí o aparecimento dos primeiros partidos operários e pensadores locais ligados a essa tradição (LOWY, 2016b, p. 16). Com isso, é possível dizer que a tradição marxista na América Latina teve um impacto significativo nas lutas sindicais, movimentos sociais e intelectuais, sobretudo no século XX. A defesa dos direitos dos trabalhadores, a luta pela reforma agrária, a crítica ao imperialismo e ao capitalismo, bem como a promoção da justiça social e igualdade, foram também temas inaugurados ou revitalizados pelo marxismo em nosso continente.

Voltando a Lowy, a história do marxismo em nossas terras é dividida por ele em três períodos:

1) um período revolucionário, dos anos 1920 até meados dos anos 1930, cuja expressão teórica mais profunda é a obra de Mariátegui e cuja manifestação prática mais importante foi a insurreição salvadorenha de 1932. Nesse período, os marxistas tendiam a caracterizar a revolução latino-americana como, simultaneamente, socialista, democrática e anti-imperialista; 2) o período stalinista, de meados da década de 1930 até 1959, durante o qual a interpretação soviética de marxismo foi hegemônica, e por conseguinte a teoria de revolução por etapas, de Stalin, definindo a etapa presente na América Latina como nacional-democrática; 3) o novo período revolucionário, após a Revolução Cubana, que vê a ascensão (ou consolidação) de correntes radicais, cujos pontos de referência comuns são a natureza socialista da revolução e a legitimidade, em certas situações, da luta armada, e cuja inspiração e símbolo, em grau elevado, foi Ernesto Che Guevara. (2016b, p. 12).

² “Os filósofos só interpretaram o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é de transformá-lo” (MARX, Karl. *Teses sobre Feuerbach*. In: MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia alemã**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 103).

Lowy destaca ainda que duas correntes interpretativas cercaram o pensamento marxista na América Latina, o excepcionalismo indo-europeu e o eurocentrismo. No primeiro caso, representado pela Aliança Popular Revolucionário Americana (APRA) do peruano Haya de la Torre, buscava-se superar totalmente o marxismo devido as condições particulares (geográficas, sociais, culturais e políticas) americanas, que corresponderiam a um tempo-espço profundamente diverso em relação à Europa. De forma oposta, a abordagem eurocêntrica pretendia transpor exatamente como pensado no Velho Mundo os modelos teóricos para se compreender e criticar a realidade local. Foi dessa última corrente que saíram conceitos problemáticos que classificavam, por exemplo, a estrutura agrária latino-americana como feudal, nossa burguesia como revolucionária e o campesinato como averso ao socialismo. Além disso, considerava-se que, devido a esse caráter “feudal”, a revolução socialista não estaria na agenda da América Latina, antes seria preciso concretizar a etapa histórica da democracia burguesa (LOWY, 2016b, p. 13). Em resumo, enquanto a primeira interpretação hipervalorizava as particularidades do nosso continente, a segunda as ignorava. As duas, no entanto, concordavam em uma coisa: o socialismo não poderia ser vislumbrado em nosso continente a curto prazo.

Diferentemente do que era proposto nessas abordagens, ergueu-se um pensamento original que soube articular de maneira criativa a tradição marxista com as condições peculiares do continente. Seguindo a divisão por períodos de Lowy, iniciaremos a exposição desses autores lançando agora um olhar rápido sobre a produção daquele responsável pelo primeiro empreendimento teórico original marxista no contexto latino-americano: José Carlos Mariátegui.

Mariátegui foi um escritor e jornalista peruano que descobriu o marxismo no início da década de 1920, quando esteve na Europa, especialmente na Itália. Sua atividade teórica e política inclui uma breve participação na APRA, a fundação de jornais e revistas (como a *Amauta*), e de sindicatos e partidos políticos. Participou, a distância, da Conferência Comunista Latino-Americana em 1929, enviando teses com a delegação peruana para o debate que aconteceu em Buenos Aires. Segundo Vijay Prashad, a posição de Mariátegui confrontava o programa do *Comintern*³ para a América do Sul, causando uma discussão acirrada durante a conferência (2019, p. 102). O ponto de divergência foi exatamente a questão indígena, um dos núcleos do pensamento de Mariátegui, que havia publicado um ano

³ Organização internacional fundada por Vladimir Lenin com o objetivo de reunir partidos comunistas de diferentes países. Também conhecida por *Terceira Internacional*.

João Paulo Araújo Pimentel Lima

antes sua obra *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*, classificada por Lowy como “a primeira tentativa de análise marxista de uma formação social latino-americana concreta” (2016b, p. 19.).

Divergindo da postura reducionista da APRA e também da pura transposição de ideias europeias, Mariátegui, refletindo desde o Peru, mas abarcando toda a situação latino-americana, defendia a inexistência de uma burguesia progressista local que pudesse sustentar os ideais da democracia liberal⁴. Por isso, a etapa da revolução burguesa não teria lugar no nosso continente. Ao contrário, a revolução teria que partir do campo, levantando a questão agrária e indígena, e posicionando-se como anti-imperialista (LOWY, 2016b, p. 21). Mariátegui, portanto, superava as abordagens eurocêntrica e do excepcionalismo indo-europeu ao colocar na ordem dia a revolução socialista.

Segundo Mariátegui, o problema indígena é um problema econômico, porque, em última instância, está ligado a situação da terra. Ora, dentro dos ditames liberais a terra funciona como qualquer outra mercadoria, possibilitando ao poder econômico a concentração de terras com latifúndios, sufocando os povos originários. Por outro lado, há na cultura indígena uma tradição comunitária, voltada à comunhão de bens e a socialização da produção agrícola, o que os coloca como grupo afetado diretamente pela democracia liberal e, ao mesmo tempo, como possível movimento libertador, de inspiração comunista. Ao contrário do liberalismo e sua ideologia individualista, que nada tem contribuído para a questão indígena, “el comunismo, en cambio, ha seguido siendo para el indio su única defensa” (MARIATEGUI, 2007, p.194).

Prashad lembra ainda que na época de Mariátegui, predominava o movimento cultural denominado *indigenismo*, que, de forma romântica, reduzia o indígena a um produtor cultural. Com Mariátegui, entretanto, os indígenas passam a produtores de sua própria história (PRASHAD, 2019, p. 101)!

A partir da década de 1930, com a hegemonia do estalinismo sobre o pensamento de esquerda latino-americano, temos um arrefecimento de produções científicas ligadas ao marxismo, mas não um completo vácuo. Lowy cita, entre outros autores significativos, os trabalhos de Anibal Ponce, Caio Prado Junior e Silvio Frondizi (2016b, p. 41). Será, no

⁴ Essa posição, segundo Lowy, confrontava a visão para a América do *Comintern* justamente por já estar sendo posta na prática na China revolucionária (2016b, p. 21). Nas palavras de Mariátegui: “para que la revolución demo-liberal haya tenido estos efectos, dos premisas han sido necesarias: la existencia de una burguesía consciente de los fines y los intereses de su acción y la existencia de un estado de ánimo revolucionario en la clase campesina y, sobre todo, su reivindicación del derecho a la tierra en términos incompatibles con el poder de la aristocracia terrateniente. En el Perú, menos todavía que en otros países de América, la revolución de la independencia no respondía a estas premisas” (2007, p. 53).

João Paulo Araújo Pimentel Lima

entanto, com a revolução cubana, que o marxismo volta a se erguer, teórica e concretamente, com originalidade em nosso continente.

Ao derrotar a ditadura de Fulgencio Batista em 1959, o Movimento 26 de Julho, comandado por Fidel Castro, assume o comando da ilha e inicia uma série de medidas democráticas e nacionalistas, como a reforma agrária e a desapropriação de refinarias de petróleo. Esse movimento inicial, contudo, não fora suficiente na perspectiva dos revolucionários cubanos que, a partir de 1960, radicalizam as transformações econômicas num salto qualitativo e socialista e desapropriam toda a burguesia do país, abolindo de vez o capitalismo e inaugurando uma nova era para o marxismo na América Latina e no mundo (LOWY, 2016b, p. 45). Segundo Lowy:

A primeira revolução socialista da América foi feita sob a liderança de revolucionários alheios ao molde ideológico do comunismo stalinista, com a sua concepção evolucionista do processo histórico e a sua interpretação economicista do marxismo [...]. A Revolução Cubana subverteu claramente a problemática tradicional da corrente marxista até então hegemônica na América Latina. Por um lado, demonstrou que a luta armada podia ser uma maneira eficaz de destruir um poder ditatorial e pró-imperialista e abrir caminho para o socialismo. Por outro lado, demonstrou a possibilidade objetiva de uma revolução combinando tarefas democráticas e socialistas em um processo revolucionário ininterrupto. (2016b, p. 46).

Com a vitória cubana, uma nova etapa revolucionária tem início no continente. Por isso, veremos o pensamento por trás dessa tendência, destacando dois exemplos: Ernesto “Che” Guevara e Camilo Torres.

Lowy defende que existem três temas centrais – que estão interligados – no pensamento de Che:

O primeiro é a importância de uma ética comunista no processo revolucionário e a rejeição de medidas econômicas de construção socialista que se baseiem “nas armas podres que nos deixou o capitalismo (a mercadoria como unidade, a rentabilidade, o interesse econômico individual como motivação etc.)” [...]. O segundo é o caráter socialista da revolução na América Latina, que deve derrotar “ao mesmo tempo os imperialistas e os exploradores locais” [...]. O terceiro tema de Guevara é a luta armada como principal forma de combate aos regimes ditatoriais predominantes na América Latina. Para ele, a guerrilha rural, vista como uma continuação por outros meios da luta política revolucionária, é a forma mais segura e realista de luta armada. (2016b, p. 47).

As ideias de Che, portanto, avançam para uma originalidade no marxismo latino-americano que dialogam com a experiência prática da Revolução Cubana. É uma situação única no nosso continente; pela primeira vez uma revolução vitoriosa caminha no horizonte socialista acompanhada de uma teoria crítica que irá estremecer não só os movimentos sociais e políticos locais, mas também o campo das ciências. A obra de Che, sua

João Paulo Araújo Pimentel Lima

influência sob os textos e discursos de Fidel Castro e a própria vivência concreta do socialismo cubano irão estimular o desenvolvimento de ciências sociais críticas na América Latina:

Pela primeira vez, o marxismo penetrou em larga escala nas universidades latino-americanas e enriqueceu o estudo da sociologia, da economia política, da história e da ciência política. As ideias da ciência social norte-americana e os seus imitadores na América Latina, as teorias desenvolvimentistas da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, das Nações Unidas), com a sua problemática dualista – sociedade moderna contra sociedade arcaica –, e as teorias congeladas da esquerda tradicional, geralmente de origem stalinista, foram questionadas e criticadas em uma série de obras de pesquisa teórica e empírica. (LOWY, 2016b, p. 50).

Voltando ao pensamento de Che, destacamos sua visão da guerrilha como movimento da luta de classes, próprio do povo. Em suas palavras:

a guerra de guerrilhas é uma guerra do povo, é uma luta de massas. Pretender realizar este tipo de guerra sem o apoio da população é o prelúdio de um desastre inevitável. A guerrilha é a vanguarda combativa do povo, situada em um determinado lugar de um certo território, armada, disposta a realizar uma série de ações bélicas tendentes ao único fim estratégico possível: a tomada do poder. Está apoiada pelas massas camponesas e operárias da região e de todo o território em questão. Sem estas premissas não se pode admitir a guerra de guerrilhas. (GUEVARA, 2016, p. 300).

Com essa abordagem, Che não só atualiza o conceito de luta de classes no contexto latino-americano, como apresenta uma metodologia para a tomada do poder. Sua posição sobre a guerra de guerrilhas também será compartilhada por Fidel Castro: “A luta guerrilheira transformou-se em um fator que mobilizou as massas, que aguçou a luta, a repressão, aprofundou as contradições do regime e, simplesmente, o povo tomou o poder; toma-se o poder por meio das massas” (2016, p. 293). O exemplo da Revolução Cubana mostraria a guerrilha como estratégia política viável, pois forças populares, mesmo sem todas as condições favoráveis, poderiam suplantar exércitos treinados. É importante salientar que para Che, o cenário da luta armada para América seria fundamentalmente o campo.

Seguindo o exemplo de Che, o sacerdote católico Camilo Torres abandona suas funções religiosas para dedicar-se a luta armada na Colômbia, na década de 1960. Em sua *Mensagem aos cristãos*, Camilo reflete sobre o conteúdo político do cristianismo em consonância com o mandamento do amor ao próximo. Ora, se o principal mandamento cristão orienta a caridade, a religião cristã assume uma condição que ultrapassa o âmbito da espiritualidade e adentra ao universo material, pois a caridade ou o amor ao próximo significa a assistência ao necessitado, a promoção de condições para que o outro possa viver sem privações materiais, com dignidade. Nessa perspectiva e alinhado à máxima do Papa Pio XI

João Paulo Araújo Pimentel Lima

que “a política seria uma das formas mais elevadas da caridade”⁵, Camilo compreende a necessidade do enfretamento político para garantir a satisfação das exigências mínimas para a manutenção da vida em sua universalidade. Se a política é o meio para a efetivação do Reino de Deus, no nosso continente a atividade política deve subverter toda a lógica de exploração e pobreza enraizada em nossas sociedades desde a invasão europeia, que concentra nas mãos de uns poucos as riquezas e o poder sobre a vida das maiorias. Por isso, a ação política deve ser revolucionária:

é preciso tirar o poder das minorias privilegiadas para dá-lo às maiorias pobres. Isto, se for feito rapidamente, é o essencial de uma revolução. A revolução pode ser pacífica se as minorias não fizerem resistência violenta. A revolução, portanto, é a forma de se obter um governo que dê comida para o faminto, que vista o despido, que ensine quem não sabe, que realize as obras de caridade, de amor ao próximo não só de forma ocasional e transitória, não apenas para alguns poucos, mas para a maioria dos nossos próximos. Por isso, a revolução não só é permitida como é obrigatória para os cristãos que vejam nela a única maneira eficaz e ampla de realizar o amor para todos. (TORRES, 2016, p. 317).

Camilo justifica a luta armada com base na situação dramática em que vive o povo latino-americano, explorado por uma minoria que governa com tirania. O uso da violência, portanto, é legítimo e configura-se não como ataque, mas como reação, defesa e luta pela sobrevivência. A luta armada seria o meio mais rápido para garantir às maiorias sofridas o direito de viverem dignamente.

Ainda na década de 1960 a produção marxista vai se encaminhar por outras duas vertentes que veremos nas seções adiantes. A primeira, denominada *teoria da dependência*, irá desvelar a dinâmica entre o subdesenvolvimento e a dependência estrangeira. Já as chamadas *teorias da libertação*, irão aproveitar todos os aportes anteriores para desenvolverem uma categoria original que transitará por diversas disciplinas: a *libertação*. Pensando na organização do nosso estudo, abordaremos agora os movimentos de emancipação, trazendo o lado prático do marxismo latino-americano, mas também das revoltas e insurreições anteriores à chegada do marxismo em nossas terras.

Movimentos de emancipação

Enrique Dussel posiciona na pré-história da filosofia da libertação as “emancipações” latino-americanas. A primeira é a emancipação colonial, iniciada em 1776 com a independência das colônias britânicas e estendendo-se até 1965 com o processo de

⁵ A famosa frase de Pio XI, lembrada no Concílio Vaticano II por Paulo VI, foi resgatada recentemente pelo Papa Francisco (2013).

João Paulo Araújo Pimentel Lima

descolonização da Ásia e da África. Paralelamente aos movimentos de independência nasce também um pensamento crítico e político em nosso continente que, embora não esteja submerso no horizonte marxista (ou seja até mesmo anterior), carrega em seu núcleo um caráter revolucionário, com insurreições armadas e perspectivas nacionalistas, regionalista ou mesmo anti-imperialista (como pode ser observada já em José Martí), e que visavam em última instância a constituição de Estados independentes, com a liberdade comercial e administrativa que o colonizador jamais poderia oferecer (DUSSEL, 1994, p. 31).

A segunda emancipação corresponde a um período ainda em desenvolvimento. Estamos tratando da história da América Latina que teve seu curso natural interrompido pela invasão europeia a partir de 1492. De lá até aqui, muito lentamente, vai se gestando a consciência de libertação que encontra sua primeira vitória com a emancipação colonial. Um rompimento mais radical com a herança colonial, contudo, representa uma verdadeira transformação ética, cultural, política e econômica que é vislumbrada pela primeira vez em 1959 com a Revolução Cubana. Esse é o marco da segunda emancipação e evento basilar da história do marxismo latino-americano. A Revolução Cubana atualiza os ideais defendidos pelas nações emergentes da primeira emancipação com a teoria marxista e mais: supera os ditames do marxismo ocidental recriando o marxismo desde o contexto sociocultural do continente. A Revolução Cubana resgata não somente o legado de Martí, mas honra o trabalho intelectual e político de pensadores como Julio Antonio Mella e Jose Carlos Mariategui, além de redimir a insurreição camponesa de El Salvador sufocada décadas antes.

Há, portanto, uma condição própria do nosso continente que deve ser superada: a colonialidade⁶. Mesmo após a independência política das colônias britânicas, francesas, espanholas ou portuguesas, a América (com exceção de EUA e Canadá) mantém sua herança colonial expressa na dependência econômica e tecnológica em relação aos países do centro do sistema-mundo⁷.

⁶ Essa condição é descrita por Quijano como a “estrutura colonial de poder” persistente nos países colonizados, mesmo depois de superado o colonialismo. Ora, mas se determinada nação alcançou sua independência, desvinculando-se politicamente do seu colonizador, como é possível a permanência de uma situação de poder ainda exercida pela potência estrangeira? Veremos mais adiante como as contribuições da teoria da dependência ajudam a elucidar essa questão. Mas, adiantando a resposta a partir de Quijano, podemos dizer resumidamente que o colonizador mantém uma “colonização cultural”, resultado das décadas em que manteve o controle político e pôde reprimir modos de conhecer, de produzir perspectivas, imagens e símbolos, afirmando sua cultura como universal; além de direcionar, especialmente através da educação, as bases econômicas e tecnológicas da nação colonizada, garantindo com eficácia o controle social e cultural (1992, p. 13). E, claro, as consequências dessa herança colonial, além de difícil percepção, não são fáceis nem rápidas de superar.

⁷ Termo de Immanuel Wallerstein, bastante utilizado na produção madura de Dussel, que designa “una zona espaciotemporal que atraviesa múltiples unidades políticas y culturales, una que representa una zona integrada de actividad e instituciones que obedecen a ciertas reglas sistémica” (WALLERSTEIN, 2005, p. 32).

João Paulo Araújo Pimentel Lima

A busca pela libertação inicia ainda no processo de colonização, com a resistência engendrada pelos povos nativos e a crítica realizada, por dentro do “mundo” do colonizador, por Bartolomeu de Las Casas. Ele é o primeiro crítico frontal da modernidade e dos efeitos negativos desse processo civilizatório posto em prática na invasão e conquista da América (DUSSEL, 2020, p. 59). Por isso, Dussel o posiciona como o primeiro filósofo da libertação⁸ (1977, p. 15).

O relato cru e impactante de quem foi testemunha do massacre orquestrado no Novo Mundo, não foi o único feito de Las Casas. Seus esforços percorreram as vias teórica e prática. Debateu com intelectuais, nobres e religiosos, defendendo a dignidade dos povos nativos e condenando, à luz do cristianismo, a violência brutal perpetrada pelo conquistador. Além disso, trabalhou em defesa dos indígenas por diversas oportunidades quando esteve na América. Las Casas reduz o *ethos* do conquistador a simples e vulgar acumulação de riquezas. E, para atender esse vício, justifica-se a invasão e a dominação na superioridade do europeu, de sua cultura e de sua fé:

Os espanhóis não vão às Índias movidos pelo zelo da fé, nem pela honra de Deus, nem para socorrer e adiantar a salvação do próximo, nem tampouco para servir a seu Rei como sempre se orgulham de dizer sob falsos pretextos; é a avareza e ambição que para ali os arrasta a fim de dominar perpetuamente sobre os índios, como Tiranos e Diabos (CASAS, 2021, p. 131.)

O que é perceptível em Las Casas, e que também continua atual, não é simplesmente a condenação da violência e crueldade da dominação do homem pelo homem, que existe desde os primórdios da sociedade humana e que sempre encontrou vozes indignadas e contrárias, seja em textos religiosos ou mesmo ações que ficaram eternizadas na história universal. Las Casas irá argumentar precisamente contra o cinismo de sua época, que tenta justificar com um verniz racional e teológico a invasão, a escravidão e o assassinato. Essa razão cínica, na sua manifestação hodierna, será também enfrentada por Dussel.

Antes da ascensão do marxismo na Europa, a agenda da libertação e superação da exploração do homem pelo homem já existia no continente americano, iniciada com os movimentos de resistência e emancipação das colônias. Nesse período destacamos a

⁸ Sidekum retrocede as origens da filosofia da libertação ao debate realizado por Las Casas e outros acerca da condição dos povos nativos ante a colonização: “A filosofia da libertação tem seu surgimento concomitantemente ao período da reação à nova modernização instaurada pelo imperialismo capitalista a partir da década de 1960, ou seja, na implantação das ditaduras cívico militares na maior parte dos países da América Latina. No entanto, deve-se também levar em consideração que as raízes da filosofia da libertação latino-americana já foram lançadas durante muitos séculos, desde a aurora da Modernidade até a era da globalização contemporânea, iniciando-se com os debates sobre a condição humana dos Povos de Abya-Yala ao serem dominados e espoliados com a Conquista europeia” (SIDEKUM, 2015, p. 33).

João Paulo Araújo Pimentel Lima revolução haitiana, pelo seu caráter anticolonial e antiescravista⁹, e o trabalho realizado por José Martí e Simon Bolívar, que ousaram levar a cabo, no caribe e na América do Sul, a construção de Estados independentes, suplantando o domínio do colonizador.

A partir do surgimento do pensamento crítico ao modo de produção capitalista na Europa, com os socialistas utópicos, anarquistas, movimentos operários e, especialmente, com a obra e atuação política de Karl Marx e Friderich Engels, a esperança na criação de um novo mundo e uma nova forma de viver, com relações de igualdade, acesso universal aos bens necessários a sobrevivência humana, onde a vida de cada pessoa importasse mais que a propriedade privada, ganha fôlego no coração de trabalhadores e camponeses do Velho Mundo. As insurreições, greves e conquistas dos trabalhadores europeus inspiraram no mundo todo a luta pela dignidade humana negada pelo regime de trabalho desumano do recente capitalismo industrial. Com a Revolução Russa tais ideias se materializam pela primeira vez na história como alternativa aos ditames capitalistas de forma duradoura. Na América, a repercussão desses eventos e dessas ideias irão influenciar nossas revoltas e revoluções no decorrer do século XX.

Meio que esquecida nas páginas da história latino-americana, a rebelião em El Salvador de 1932 se destaca duplamente: além de ser considerado um movimento popular, de massas, foi conduzido pelo Partido Comunista local – um fato inédito no continente (LOWY, 2016b, p. 23). Organizada pelos comunistas e contando com o apoio de camponeses e indígenas, a revolta buscava subverter a absurda desigualdade e concentração de renda que possibilitava algumas dezenas de famílias viverem na opulência enquanto todo o resto da população convivia com a miséria diária. Estima-se a participação de 40 mil combatentes que foram reprimidos pelo exército e grupos paramilitares. Ao final, mais de 20 mil revolucionários foram executados (entre homens, mulheres e crianças) e a revolução fracassa.

Também fracassa o levante militar comunista de 1935 tentado no Brasil. Aqui, ao contrário de El Salvador, não havia uma adesão popular, mas apenas um grupo militar que esperava algum apoio de políticos e de setores da burguesia – que nunca aconteceu. O

⁹ A Revolução Haitiana, que ocorreu entre 1791 e 1804, é um evento histórico de grande impacto para a história mundial. Liderada por pessoas escravizadas oriundas do continente africano, essa revolta resultou na independência do Haiti, tornando-o o primeiro país latino-americano a se livrar do domínio colonial. O movimento teve início como uma revolta contra a opressão francesa, ganhando força sob a liderança de figuras como Toussaint Louverture e Jean-Jacques Dessalines. Sobre esse aspecto, Trouillot aponta a incapacidade do colonizador em conceber pessoas escravizadas se libertando e assumindo um país: “a ideia de que africanos e seus descendentes não seriam capazes de conceber a liberdade – menos ainda de formular estratégias e assegurar essa liberdade – era baseada não tanto em evidências empíricas, mas numa ontologia, uma ordenação implícita do e de seus habitantes” (2016, p. 122). Essa ideologia dominadora, que colocava o não-europeu como não ser, mero objeto, incapaz de se realizar na história, será bastante explorada na filosofia de Enrique Dussel.

João Paulo Araújo Pimentel Lima movimento, liderado por Luiz Carlos Prestes e apoiado pelo *Comintern*, tentaria uma revolução armada que seria deflagrada nos inúmeros regimentos militares pelo país. Com a pouca adesão, o levante foi rapidamente reprimido, seus líderes foram presos, torturados ou mesmo executados (LOWY, 2016b, p. 27).

A revolução vitoriosa e que inaugura, segundo Dussel, um novo momento de emancipação para o continente, foi a já mencionada Revolução Cubana. Além dela, pode-se citar também o sucesso da Revolução Sandinista em Nicarágua (1979) e o movimento zapatista que emerge na década 1990 em Chiapas, no México, e que permanece atualmente em atividade. Além disso, diversos partidos políticos de esquerda ganham destaque na política institucional. De inspirações operárias, socialistas ou comunistas, inúmeras agremiações no Brasil, Argentina e, especialmente, no Chile, desempenharam um papel importante na luta por direitos e em defesa das maiorias exploradas. Chegando ao poder democraticamente, através do voto popular, entretanto, muitas vezes foram impedidas de governar, seja por golpes militares ou golpes jurídico-parlamentares, todos sob o beneplácito – ou mesmo com a participação – das potências ocidentais ¹⁰.

A teoria da dependência

Retornando às questões envolvendo as etapas históricas do socialismo e o desenvolvimento do continente, citadas no início desse capítulo, veremos agora o esforço em compreender a realidade latino-americana pelo viés econômico, denominado *teoria da dependência*.

De acordo com as teses vigentes desde a década de 1950 produzidas no âmbito da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe) – grupo ligado à ONU (Organização das Nações Unidas) –, o subdesenvolvimento percebido na América Latina seria superado no decorrer do tempo, conforme avançasse o processo de diversificação industrial. Essa visão, exposta aqui de forma extremamente sucinta, era chamada de

¹⁰É de notório saber a colaboração do governo estadunidense com as ditaduras implantadas na América Latina que suplantaram governos de aspiração popular (como no Brasil e no Chile) na segunda metade do século passado, tendo destaque a Operação Condor. Já no século XXI, os EUA voltam a desestabilizar os governos progressistas latino-americanos de forma direta ou indireta, como no impeachment do paraguaio Fernando Lugo, os constantes ataques à Venezuela, a interferência nas eleições na Bolívia que culminaram com a renúncia de Evo Morales, e o golpe no Brasil que destituiu a presidenta Dilma Rousseff e prendeu sem provas o então ex-presidente Lula (PRASHAD, 2020). Após os golpes na Bolívia e no Brasil, assumiram figuras conservadoras, de extrema-direita e simpáticas aos ditames norte-americanos (Jeanine Añez, Michel Temer e Jair Bolsonaro). Sobre o avanço das políticas neoliberais e seus prejuízos a classe trabalhadora durante os governos Temer e Bolsonaro, ver o texto de Lima, Oliveira e Chagas (2023).

João Paulo Araújo Pimentel Lima *desenvolvimentista*, porque considerava que os países periféricos alcançariam, mesmo atrelados à lógica capitalista, o status (e as condições materiais) de “desenvolvidos” num futuro próximo. E, por conseguinte, tal desenvolvimento repercutiria na redução das mazelas sociais. Essa perspectiva será contestada na década de 1960 por diversos teóricos de uma nova corrente econômica e sociológica, a teoria da dependência. O que esses autores traziam de novidade era exatamente levar em consideração a herança colonial do continente e a impossibilidade de tal desenvolvimento pelos moldes ocidentais. O gerenciamento realizado pelos países do centro do sistema-mundo em relação aos países periféricos os deixava numa posição privilegiada, colocando o segundo grupo numa relação de dependência, especialmente financeira e tecnológica, que impediria, mesmo a longo prazo, seu real e autônomo desenvolvimento. Nas palavras de Theotônio dos Santos:

A dependência é uma situação em que um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual a própria está submetida. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre elas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e autoimpulsar, enquanto outros países (os dependentes) só podem fazer isso como reflexo dessa expansão, que pode agir de forma positiva ou negativa sobre o seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação básica de dependência leva a uma situação global dos países dependentes que os coloca em posição de atraso e sob a exploração dos países dominantes (SANTOS, 2016, p. 403).

Essa relação de dependência, legada do processo de colonização, que não havia sido vislumbrada pela CEPAL, consiste numa originalidade teórica que irá pavimentar uma nova compreensão sobre a condição latino-americana e reforçar a necessidade de uma “libertação”.

De acordo com Fernando Henrique Cardoso, em artigo publicado na década de 1970, três fatores motivaram os estudos sobre o tema da dependência: as análises sobre os obstáculos ao “desenvolvimento nacional”, as atualizações possibilitadas pelo marxismo ao estudo do capitalismo internacional em sua fase monopólica e a interpretação da história latino-americana na perspectiva das relações de classes (CARDOSO, 1972, p. 32). Ou seja, na visão de Cardoso, a contribuição da teoria marxista aos estudos sobre dependência foi crucial. Apesar disso, essa teoria não foi desenvolvida de forma homogênea. Um grupo de autores mais radicais (Gunder Frank, Rui Mauro Marini, Aníbal Quijano e Luis Vitale), por exemplo, compreendia a necessidade de articular a pesquisa econômica no interior de uma estratégia política, ao passo que outros autores (como o próprio Fernando Henrique Cardoso) apontarão, anos mais tarde, limitações que irão marcar certo distanciamento das conclusões apresentadas

João Paulo Araújo Pimentel Lima

pelo primeiro grupo citado¹¹. Sobre esse grupo de autores, mais radicais e alinhados ao marxismo, Lowy sintetiza assim suas principais teses:

1. A rejeição da teoria do feudalismo latino-americano e a caracterização da estrutura colonial histórica e da estrutura agrária presente como essencialmente capitalistas.
2. A crítica do conceito de uma “burguesia nacional progressista” e da perspectiva de um possível desenvolvimento capitalista independente nos países latino-americanos.
3. Uma análise da derrota das experiências populistas como resultado da própria natureza das formações sociais latino-americanas, sua dependência estrutural e a natureza política e social das burguesias locais.
4. A descoberta da origem do atraso econômico não no feudalismo nem em obstáculos pré-capitalistas ao desenvolvimento econômico, mas no caráter do próprio desenvolvimento capitalista dependente.
5. Finalmente, a impossibilidade de um caminho “nacional-democrático” para o desenvolvimento social na América Latina e a necessidade de uma revolução socialista como única resposta realista e coerente ao subdesenvolvimento e à dependência. (2016b, p. 51)

De modo muito significativo, podemos indicar que esses cinco pontos descritos acima estão, em sua maior parte, confirmando, aperfeiçoando ou continuando os achados de Mariátegui e a experiência inicial da Revolução Cubana. Traçando uma linha temporal na evolução teórica do marxismo e pensamento crítico latino-americano, não seria forçoso estabelecer como teses centrais: 1) a crítica de Mariátegui à transposição do marxismo ocidental como uma receita pronta para as revoluções mundiais; 2) o entendimento, ainda em Mariátegui e depois reforçado pelos teóricos da dependência, acerca da impossibilidade de se estabelecer uma etapa democrática no continente afiançada pela burguesia local; 3) a urgência de se apropriar e priorizar as demandas específicas do campo e dos povos originários para a construção de qualquer programa revolucionário (Mariátegui e Che); 4) a compreensão do subdesenvolvimento e dependência da América Latina como realidade natural ao capitalismo periférico e intrínseca à lógica do desenvolvimento dos países do centro; 5) a necessidade da revolução socialista como meio para romper com a exploração das maiorias e o estado de subdesenvolvimento. Afinal, o socialismo é uma mudança, uma mudança total na vida das pessoas, e uma mudança de relações baseada, sobretudo, na solidariedade¹². Para este último ponto, entretanto, gostaríamos de salientar que ideia de solidariedade não é apenas um valor ético interno da revolução, mas também uma necessidade internacional que deve orientar as relações entre as nações. Em 1965, Che refletia sobre as condições para a manutenção da revolução socialista: não era suficiente derrubar o antigo regime! Como uma nação da

¹¹ Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, irá admitir a possibilidade de uma situação de dependência com desenvolvimento capitalista circunscrito (GULDBERG, 1992, p. 71).

¹² Essa definição de Socialismo foi elaborada por Fidel Castro em uma entrevista no México, em 1991 (PRASHAD, 2019, p. 152).

João Paulo Araújo Pimentel Lima

América Latina poderia isoladamente elevar-se qualitativamente sobre o modo capitalista, rompendo com sua dependência histórica e, ao mesmo tempo, enfrentando a hostilidade dos países dominantes? Para Che, os países socialistas devem se ajudar, a solidariedade deve guiar o processo revolucionário (PRASHAD, 2019, p. 130).

O paradigma da *libertação*

Ao lado da teoria crítica marxista, os movimentos e revoltas ocorridos até a década de 1960, sobretudo a Revolução Cubana, criaram o ambiente favorável para o surgimento de uma nova corrente teórica multidisciplinar que centrava seus esforços na categoria da *libertação*. O chamado *paradigma da libertação* é uma expressão das próprias condições históricas, políticas e culturais do continente, marcado pela invasão e colonização por povos estrangeiros e a formação de Estados Nacionais sucumbidos à lógica de exploração capitalista e amarrados num outro tipo de colonização: a dependência estrangeira. Por isso, a construção desse paradigma precisava percorrer todos esses momentos, teóricos e práticos da América Latina, a saber: uma teoria crítica que pudesse desvelar as entranhas do sistema de dominação e, ao mesmo tempo, oferecer alternativas à ideologia liberal-capitalista; e movimentos concretos de transformação que mostrassem na prática que um novo horizonte político-social era factível.

Há um elemento, contudo, ainda não explorado com rigor nessas páginas, mas que merece atenção: a influência de um certo cristianismo de orientação prática, moldado no decorrer do século XX por setores católicos. Antes de Camilo Torres, uma corrente católica de padres operários emergiu na Europa (principalmente na França) com uma crítica obrigatória e natural ao sistema capitalista. Além dos sacerdotes, movimentos religiosos laicos também se inseriam no debate sobre o mundo do trabalho, como a Ação Católica e a Juventude Operária Católica¹³. Não se tratava (ainda) de um cristianismo que subsumia a teoria marxista, mas simplesmente a reação a um modo de produção que atrofiava a vida humana. A exploração no trabalho e as más condições de vida foram lidas como ofensas a criação divina já que reduzia homens, mulheres e crianças a objetos dentro de uma

¹³ Na América Latina esses movimentos laicos desempenham papel fundamental para a elaboração da Teologia da Libertação: “movimentos católicos laicos, tais como a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Ação Católica, ou os movimentos populares educacionais (Brasil), comitês para a promoção da reforma agrária (Nicarágua), federações de camponeses cristãos (El Salvador) e, acima de tudo, as comunidades de base, eram, no início dos anos 1960, a arena social na qual os cristãos se comprometeram ativamente com as lutas populares, reinterpretaram o Evangelho à luz de sua prática e, em alguns casos, foram atraídos pelo marxismo” (LOWY, 2016a, p. 86).

João Paulo Araújo Pimentel Lima
engrenagem de acumulação de bens e riquezas que atendia apenas uma parcela muito diminuta da população.

Tal reação era traduzida na ação direcionada aos mais carentes, na maior parte das vezes por ordens religiosas; mas houve também um esforço teórico em sintetizar qual seria o papel da igreja diante desse novo mundo marcado pelas relações de trabalho, crescente industrialização e injustiças sociais. A chamada Doutrina Social da Igreja, embora editada pelo Papa João Paulo II, tem suas origens ainda no século XIX na encíclica *Rerum Novarum*. Segundo Dussel, a Doutrina Social vai, no decorrer das décadas, atualizando suas definições políticas e sociais, culminando no Concílio Vaticano II. A *Rerum Novarum*, por exemplo, ainda que constitua um passo importante no desenvolvimento da consciência social dos cristãos, está atrelada a lógica capitalista - condena o socialismo e celebra a propriedade privada e as classes sociais como realidades naturais. Tal visão, no entanto, será atualizada por encíclicas posteriores, chegando-se até a compreensão e conceituação de tipos de socialismo, ao passo que o capitalismo começa a ser rejeitado (DUSSEL, 1986, p. 228). Essa mudança de entendimento sobre o socialismo e a crescente crítica ao capitalismo concebida no âmbito do Concílio Vaticano II abrirá o caminho até a Conferência de Medellín, onde uma nova fase do cristianismo latino-americano inicia. Assim, a partir de uma visão crítica ao modo de produção capitalista e referendados pela experiência comunitária dos primeiros cristãos descrita no Atos dos Apóstolos, teólogos e líderes religiosos latino-americanos, como Gustavo Gutiérrez e Dom Helder Câmara, buscaram articular uma abordagem teológica que vinculasse a fé cristã à luta pela justiça social, enfatizando a opção preferencial pelos pobres e o compromisso com a transformação social.

Essa perspectiva teórica nascente, própria da América Latina, ganha um impulso extra quando o capitalismo se agarra a regimes militares para garantir sua sobrevivência. A categoria *libertação*, por conseguinte, traduzirá o centro da problemática envolvendo o continente: a luta contra o capitalismo significava, ao mesmo tempo, a libertação da dependência estrangeira e a libertação dos governos ditatoriais.

As primeiras produções aparecem no final da década de 1960, após a Revolução Cubana e com o debate sobre a questão da dependência já iniciado. Segundo Mance (2022, p. 350) o início da ruptura epistemológica no campo das ciências humanas na América Latina se dá com Paulo Freire, com as obras *Pedagogia do Oprimido* e *Extensão ou comunicação?*. Na mesma época, Rubem Alves e Hugo Assmann publicam os textos que inauguram a Teologia

João Paulo Araújo Pimentel Lima

da Libertação¹⁴ e Fals Borda o ensaio inicial de uma Sociologia da Libertação. Freire, no entanto, tem o mérito de mover uma ruptura que será crucial para o desenvolvimento das várias teorias da libertação. Em poucas palavras, podemos dizer que os trabalhos iniciais de Freire já contestam a noção eurocêntrica de verdade, ciência ou validade como as únicas possíveis. Para ele, a superação desse saber estabelecido como universal ou mesmo de ideologias ocorre através de um movimento contínuo de problematização e dialogicidade, mediados pela práxis. Para essa nova perspectiva epistemológica, a produção e validação do conhecimento são dialógicas e atreladas a ação crítica que desvela e transforma a realidade. Há, portanto, uma metodologia que carrega como elementos centrais para a produção científica o diálogo e a ação.

Tal abordagem irá marcar a produção multidisciplinar de *libertação*, que deverá basear-se: 1) na construção de alternativas epistemológicas para compreensão da realidade desde a América Latina, 2) na articulação entre teoria e prática (ciência e militância) e 3) na defesa de novos modelos sociopolíticos que superem a dependência, colonialidade ou estado de subdesenvolvimento e promovam dignidade para os grupos oprimidos cujos direitos são negados pelo sistema vigente.

Considerações finais

As teorias da libertação na América Latina constituem um esforço multidisciplinar enraizado nas condições históricas, sociais e políticas do continente, articulando crítica teórica e prática transformadora em torno da categoria central da libertação. Ao percorrer o desenvolvimento do marxismo latino-americano, os movimentos de emancipação e a formulação da teoria da dependência, o estudo evidenciou que tais correntes não surgem de forma isolada, mas como resultado de um acúmulo histórico que combina resistência à exploração, crítica ao eurocentrismo e busca por caminhos próprios de desenvolvimento. Nesse sentido, autores como Mariátegui, bem como experiências como a Revolução Cubana, revelam a possibilidade de elaboração de um pensamento original, comprometido com a realidade local e com a superação das desigualdades estruturais. A análise também demonstrou que a condição de dependência e a permanência de estruturas coloniais

¹⁴ No caso da teologia, apesar do ineditismo em relação a temática tratado por Rubem Alves e Assmann, a categoria *libertação* será efetivamente sistematizada no bojo de uma práxis cristã com Gustavo Gutierrez e sua *Teologia de la liberación*, de 1971, e Leonardo Boff com seu ensaio de cristologia de 1972, intitulado *Jesus Cristo libertador* (MANCE, 2022, p. 252).

João Paulo Araújo Pimentel Lima

configuram obstáculos centrais à autonomia dos países latino-americanos, reforçando a necessidade de alternativas que rompam com a lógica do capitalismo periférico.

Conclui-se, portanto, que as teorias da libertação representam uma expressão original do pensamento crítico latino-americano, ao integrar diferentes tradições intelectuais e experiências históricas em um horizonte comum de emancipação. Ao afirmar a centralidade da práxis, da autonomia epistemológica e da justiça social, esse conjunto teórico permanece atual como ferramenta de análise e ação diante das persistentes desigualdades do continente, apontando para a construção de modelos sociopolíticos mais justos, solidários e verdadeiramente emancipatórios.

Referências

CASAS, Bartolomé de Las. **O paraíso destruído**: brevíssima relação da destruição das Índias Ocidentais. Tradução de Heraldo Barbuy. Porto Alegre: L&PM, 2021.

CASTRO, Fidel. De Martí a Marx. In: LOWY, Michael (org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. Tradução de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, Perseu Abramo, 2016b.

CARDOSO, Fernando Henrique. Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência. **Cadernos CEBRAP**. núm. 11, São Paulo, 1972, pp. 31-77. Disponível em: https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/index.php?r=acervos/busca&keyword=cardoso&Acervos_page=4 Acesso em 10 Jun 23.

DUSSEL, Enrique. **El primer debate filosófico de la modernidade**. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da Libertação: na América latina**. Tradução de Luiz João Gaio. São Paulo, Edições Loyola: 1977.

DUSSEL, Enrique. **Historia de la filosofía latino-americana y filosofía de la liberacion**. Bogotá: Editorial Nueva America, 1994.

DUSSEL, Enrique. **Método para uma filosofia da libertação**. Tradução de Jandir João Zanotelli. São Paulo, Loyola: 1986.

FRANCISCO. **Evangelii Gaudium**: Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. (2013). Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papafrancesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em 24 de Julho de 2023.

GUEVARA, Ernesto Che. Guerra de guerrilhas, um método. In: LOWY, Michael (org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. Tradução de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, Perseu Abramo, 2016.

João Paulo Araújo Pimentel Lima

GULDBERG, Horacio Cerutti. **Filosofia de la liberacion latinoamericana**. México: Fondo de cultura econômica, 1992.

LIMA, João Paulo Pimentel; OLIVEIRA, Rayssa; CHAGAS, Eduardo Ferreira. Avanço neoliberal: retrocesso na educação. **Revista Cocar**, v. 15, n. 32, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4248>. Acesso em: 9 jun. 2023.

LOWY, Michael. **O que é cristianismo da libertação**: religião e política na América Latina. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Expressão Popular, 2016a.

LOWY, Michael. Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina. In: LOWY, Michael (org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. Tradução de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, Perseu Abramo, 2016b.

MANCE, Euclides. **Filosofia da libertação**: histórico, vertentes, críticas e perspectivas. Passo Fundo: Conhecer, 2022.

MARIATEGUI, Jose Carlos. **7 ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Prólogo de Aníbal Quijano. Notas de Elizabeth Garrels. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia alemã**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PRASHD, Vijay. **Balas de Washington**: uma história da CIA, golpes e assassinatos. Tradução de Rafael Tatemoto. São Paulo: Expressão popular, 2020.

PRASHAD, Vijay. **Estrela vermelha sobre o terceiro mundo**. Tradução de Dafne Melo. São Paulo: Expressão popular, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, v. 13, p. 11- 29, 1992.

SANTOS, Theotônio dos. Subdesenvolvimento e dependência. In: LOWY, Michael. **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. Tradução de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, Perseu Abramo, 2016.

SIDEKUM, Antônio. O desafio da filosofia da libertação. In: CARBONARI, Paulo Cesar; COSTA, José André da; MACHADO, Lucas. (org.). **Filosofia e libertação**: homenagem aos 80 anos de Enrique Dussel. Passo Fundo: IFIBE, 2015.

TORRES, Camilo. Mensagem aos cristãos. In: LOWY, Michael (org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. Tradução de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, Perseu Abramo, 2016b.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: huya, 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Análisis de sistemas-mundo** : una introducción. traducción de Carlos Daniel Schroeder. México : Siglo XXI, 2005.